

ÍNDICE DE USO DE MEDICAMENTOS SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC

TATIANE CHIMELLO¹
LUIZ FABIANO VIANNA²

1. Acadêmica do Curso de Farmácia, Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná, UNICS, Palmas, PR.
2. Docente da Disciplina de Princípios de Controle de Qualidade do Curso de Farmácia, Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná, UNICS.

Autor responsável: T.Chimello. E-mail: tati_chimello@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A automedicação é um fenômeno frequente nos auto-cuidados em saúde, desde há muito utilizado e, cuja ocorrência e distribuição estão, naturalmente, relacionadas com a organização do sistema de saúde de cada país.

A automedicação, por possuir uma dimensão ética associada ao direito e ao dever do indivíduo, esclarecida e responsabilmente, intervir no processo de saúde/doença, deve ser estruturalmente gerida pelo sistema de saúde, sob pena de concorrer para o comprometimento do seu funcionamento seguro, eficaz, racional e econômico. De fato, a procura de cuidados médicos gerais no ambulatório baseia-se nos conhecimentos individuais sobre o processo saúde/doença, na auto-percepção de saúde e na fatalização dos problemas de saúde nos contextos cultural, social, familiar e econômico do doente, daí sobressaindo motivos para a procura e para a não procura da consulta médica (MATOS, 2005).

Automedicação: ato pelo qual o indivíduo, por própria iniciativa ou por influência de outros, decide ingerir um medicamento para alívio ou tratamento de queixas auto-valorizadas (MATOS, 2005).

As dificuldades na acessibilidade aos serviços de saúde, nomeadamente as listas de espera para consulta, e o melhor conhecimento de alguns medicamentos, quanto ao perfil de segurança e à sua eficiência, além do nível cultural, são fatores importantes neste contexto. Assumiu-se como atitude de automedicação aquela em que o indivíduo solicitou um medicamento sem a apresentação de receita médica, ou apresentou uma queixa da qual resultou a cedência, por um profissional de farmácia, de um medicamento.

A doença é um fenômeno inerente a vida humana, assim como o direito do homem a procurar os meios para

prevenir ou tratar. Desde sempre, o homem recorreu ao "auto-tratamento" das suas doenças, quer recorrendo ao sobrenatural, quer às técnicas naturais ou ainda recorrendo às substâncias naturais (MATOS, 2005).

Tomar antibióticos (e outras drogas), inadequadamente, traz conseqüências nocivas, inclusive intoxicação. Mas o uso repetido por longos períodos, mesmo em pequenas doses, acaba por criar no organismo do indivíduo bactérias resistentes que deixam de ser combatidas pelo medicamento (MATOS, 2005).

É fundamental reforçar-se a idéia de que esta tendência seja acompanhada de um reforço das medidas de informação, sob pena de não funcionar e de a automedicação fazer mais mal do que bem, cabendo ao farmacêutico um papel fundamental neste processo.

Neste trabalho, foi realizada uma coleta de dados, verificando-se o número de usuários que utilizam medicamentos sem prescrição médica, analisando-se quais medicamentos foram mais consumidos, os efeitos colaterais desses medicamentos, e a responsabilidade do farmacêutico na dispensação dos medicamentos sem receita médica.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um estudo de campo com questionário, no qual se recolheram informações tais quais: o uso de medicamentos sem prescrição médica; a frequência com que são adquiridos e consumidos esses medicamentos; para que tipos de problemas são mais usados; quais medicamentos são mais utilizados sem prescrição médica; se ao consumir esses medicamentos ocorrem reações adversas; as razões que levam o indivíduo a adquirir e consumir medicamentos

sem prescrição médica; a quem o indivíduo recorre; quando consumidos esses medicamentos, se sobram doses; se a automedicação fez com que fosse necessário procurar atendimento médico.

Foram aplicados 100 questionários na cidade de São Domingos, Santa Catarina, abrangendo-se homens e mulheres na faixa etária de 19 a 45 anos de idade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A automedicação constitui uma prática universal, presente nas mais diversas sociedades e culturas, independentemente do grau de desenvolvimento socioeconômico das mesmas.

No presente estudo, foram analisados os usuários de medicamentos na faixa etária compreendida entre 19 a 45 anos, que se automedicam, residentes em São Domingos, SC.

A partir das respostas dos entrevistados (100 pessoas), elaboraram-se a discussão e os gráficos a seguir.

Todos os 100 participantes relataram que já utilizaram ou utilizam medicamentos sem prescrição médica. Resultados que estão de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (ABIFARMA), mostram que cerca de 80 milhões de brasileiros seriam adeptos da automedicação (VITOR, R. S., *et. al.*, 2008).

A figura 1 relata a frequência com que as pessoas utilizam medicamentos sem prescrição médica.

Ao serem questionadas quanto à frequência com que utilizam medicamentos sem prescrição médica, a maioria disse fazer uso sempre que necessário (54%), diariamente (21%), esporadicamente (19%) e mensalmente (5%).

A figura 2 apresenta dados referentes às doenças mais comuns, que fazem com que a população use da automedicação.

Estudos realizados em países desenvolvidos, e em países em desenvolvimento, tem mostrado que o hábito da automedicação está associado a presença de sinais e sintomas menores de características agudas (dor e febre, por exemplo). (VITOR, R. S. *et. al.*, 2008).

O que pode ser verificado também neste estudo, no qual a dor de cabeça é a ocasião mais comum (36%). Outros sintomas que levaram à automedicação, 23% a fim de curar gripe, 19% ao sentirem mal-estar, 11% para dor nas costas, 9% para febre e 2% dos entrevistados ao apresentarem vômito (VITOR, R. S. *et. al.*, 2008).

Na figura 3 são representadas as classes de medicamentos mais utilizadas sem receituário médico.

A grande maioria dos entrevistados (60%) disse fazer uso de analgésicos sem a devida prescrição médica, 22% alegaram já terem utilizado nessas condições anti-inflamatórios, 15% antitérmicos, 1% ansiolíticos e o restante, 2%, outras classes de medicamentos.

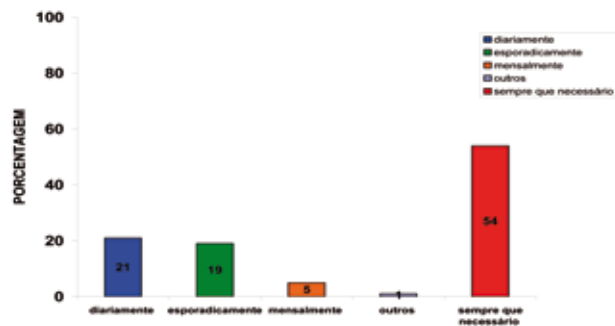


Figura 1. Com que frequência as pessoas utilizam medicamentos sem prescrição médica.

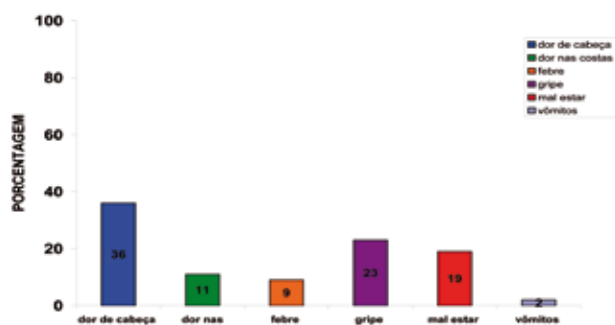


Figura 2. Doenças que levam à utilização de medicamentos sem prescrição médica.

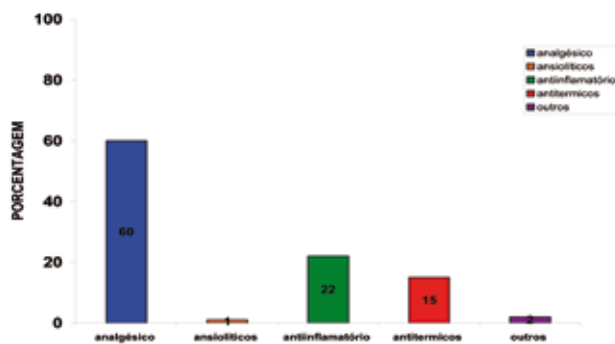


Figura 3. As classes de medicamentos mais utilizadas.

Analgésicos, vitaminas, descongestionantes nasais, anti-sépticos, anti-diarréicos, laxantes, antiácidos, e outros medicamentos estão presentes na maioria dos lares, e fazem parte do cotidiano das pessoas. Esses medicamentos, vendidos sem receita médica, possibilitam a automedicação, onde o indivíduo reconhece os sintomas e a sua própria doença, e os trata.

A figura 4 indica dados sobre o possível surgimento de reações adversas, que podem ser induzidos pela ingestão de medicamentos sem prescrição médica, e quando utilizados de maneira inadequada.

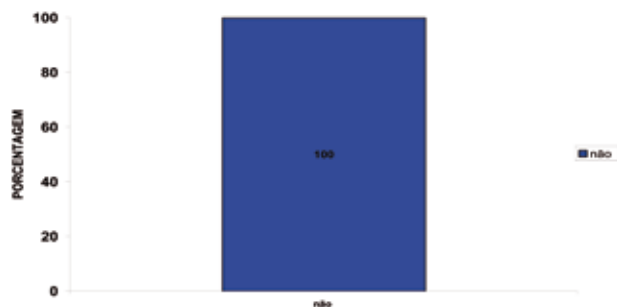


Figura 4. Possíveis efeitos colaterais advindos do uso de medicamentos sem prescrição médica.

Observa-se que 100% dos entrevistados disseram que não surgem e não conhecem os efeitos que podem ser induzidos por esses medicamentos.

Existem muitos fatores que levam as pessoas a se automedicar. A figura 5 indica o que mais influencia os entrevistados a utilizar medicamentos sem prescrição médica.

A principal razão que influencia na escolha dos medicamentos, apontada neste estudo, é a cultura (49%), seguida do fator tempo (35%) e pela indicação de amigos e vizinhos (13%).

Um mesmo remédio, com dosagem idêntica, usado durante o mesmo período de tempo, por duas pessoas diferentes, pode dar excelentes resultados em uma delas e não surtir efeito na outra.

A figura 6 relata a quem as pessoas mais procuram no momento de adquirir um medicamento sem a receita médica.

Entre os fatores identificados, pode-se observar que as pessoas recorrem, primeiramente, aos balconistas de farmácias (51%), em seguida, ao farmacêutico (37%), depois a outros (8%), finalmente, a conhecidos (4%).

Segundo as recomendações da Federação Internacional de Farmácia, o farmacêutico está bem posicionado para garantir a efetividade e a segurança do uso dos medicamentos de venda sem prescrição médica obrigatória, tendo em consideração os seus conhecimentos técnico-científicos atualizados, a capacidade de reconhecer os sintomas, o fato de estar disponível sem marcação de consulta, e de ter a capacidade de recomendar a consulta médica quando verifica que a situação exposta pelo doente assim o exige.

De acordo, ainda, com a Federação Internacional de Farmácia, apesar dos doentes pedirem pelo nome um medicamento para automedicação, não se deve admitir, a priori, que ele o conhece bem, a ponto de utilizá-lo corretamente. Assim, o doente pode apenas ter ouvido falar dele sem que conheça, com rigor, seus efeitos, reações adversas, interações, contra-indicações, como deve tomá-lo, durante quanto tempo deve fazer o tratamento, entre outras informações importantes para garantir a sua efetividade e segurança.

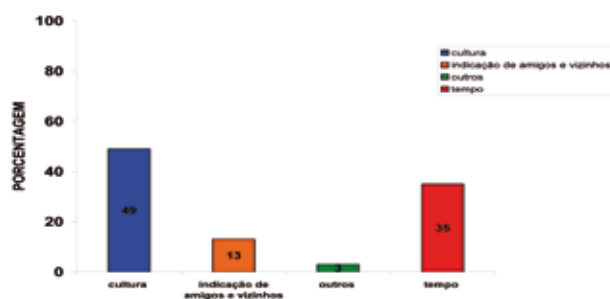


Figura 5. Razões que levam o usuário a adquirir e consumir medicamentos sem prescrição médica.

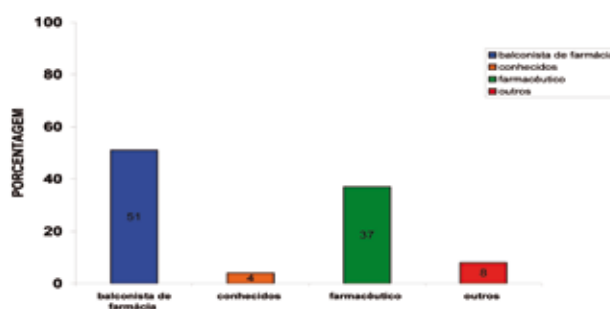


Figura 6. Caminhos para a aquisição de medicamentos sem prescrição médica.

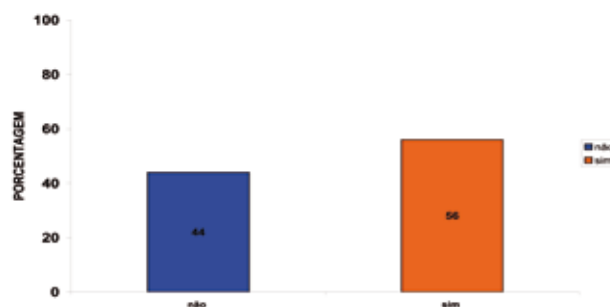


Figura 7. Proporção de tratamento completo ou que geraram sobras de medicamentos.

A figura 7 mostra em que proporções de usuários o uso de medicamentos sem prescrição segue o tratamento completo, ou se o tratamento foi interrompido com a melhora dos sintomas, gerando resíduo de medicamento não utilizado.

Dos entrevistados, 44% do público relata que utilizam esses medicamentos até o término dos mesmos e, 56% disseram que sobram doses, o que, eventualmente, servirá para uma futura automedicação.

A figura 8 mostra se, em consequência da automedicação, surgiu alguma reação adversa para que fosse necessária a procura de atendimento médico.

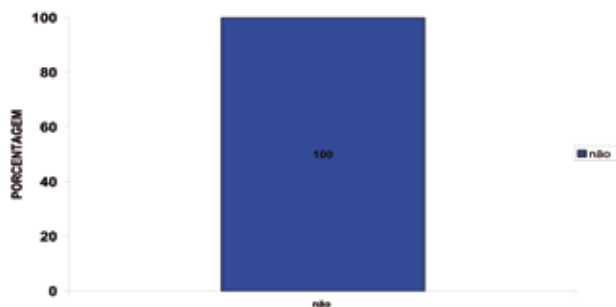


Figura 8. A automedicação fez com que tivesse que recorrer a uma consulta médica.

Das 100 pessoas entrevistadas, 100% disseram nunca ter sido preciso procurar atendimento médico após o uso de automedicação.

A influência do padrão de uso de serviços de saúde na automedicação é controversa. Em um estudo realizado no Canadá, verificou-se que a automedicação era mais freqüente entre aqueles que usavam serviços de saúde com mais frequência, ao passo que, em outro trabalho, o oposto foi observado. Alguns autores consideram que a existência de associação negativa entre a automedicação e o uso de serviços de saúde seria um indicador de que o consumo de medicamentos sem receita substitui a atenção formal à saúde (VÍTOR, 2008).

As farmácias desempenham um importante papel entre a produção e a dispensação dos medicamentos. Assim, as farmácias passam a ser estabelecimentos comerciais. Neste contexto, os balconistas atuam como prescritores, em substituição aos médicos, favorecendo o uso incorreto dos medicamentos, o que permite às pessoas passarem em uma farmácia e comprarem medicamentos para qualquer mal-estar, sem o conhecimento e sem informações de como esse medicamento atuará em seus organismos. A Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, estabelece que a atuação do profissional farmacêutico nos estabelecimentos que comercializam medicamentos poderia contribuir para minimizar os malefícios decorrentes da forma como atuam as farmácias (VÍTOR, 2008). Neste trabalho, observou-se que a maioria dos entrevistados recorre a balconistas de farmácia (55%) antes de adquirir medicamentos sem prescrição médica.

Os dados obtidos neste estudo confirmam a importância do estudo da automedicação, e apóiam a hipótese da ingênua e excessiva crença da sociedade atual no poder dos medicamentos, que contribui para a crescente demanda de produtos farmacêuticos para qualquer tipo de transtorno, por mais banal e auto-limitado que seja (VÍTOR, 2008).

O farmacêutico é responsável pela proposição de uma política nacional de medicamentos que atenda as reais necessidades do País, enquanto parte integrante de

uma política nacional de saúde voltada à maioria da população brasileira. Enquanto profissional da saúde, o farmacêutico é o responsável pelos medicamentos e insumos desde a pesquisa, produção e comercialização, incluindo a mercadologia, dispensação pública e vigilância de sua ação farmacológica, tendo definida como função social, a orientação sanitária e assistência à comunidade.

CONCLUSÕES

O medicamento foi incorporado à dinâmica da sociedade de consumo e, por isso, está sujeito aos mesmos interesses e competições de qualquer setor do mercado, desviando as verdadeiras funções dos medicamentos que são as de prevenção, diagnóstico e tratamento de enfermidades.

O consumidor não tem experiência e conhecimentos necessários para escolher o mais adequado recurso farmacoterapêutico disponível, assim, apesar das vantagens que podem advir da automedicação, devido aos elevados riscos esta necessita de vigilância e de legislação que a previna em todas as suas instâncias (MATOS, 2005).

O farmacêutico é o profissional da saúde com maior conhecimento sobre os medicamentos e seus efeitos no corpo humano. Combinando esses conhecimentos com seu fácil acesso ao público, o farmacêutico está em posição ideal para melhorar a atenção brindada ao paciente. Seu papel, no moderno sistema de saúde, é orientar e educar ao paciente em matéria de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2001. **Como Montar Uma Farmácia Comunitária** (enfoque na Assistência Farmacêutica).
- MATOS, Maria Célia. **Auto-medicação**, *Revista Psicologia.com.pt*; Universidade Fernando Pessoa; 2005.
- PERETTA, Marcelo Daniel; CICCIA, Graciela Noemi. **Reengenharia Farmacêutica**. [Tradutor: Cláudio Alejandro Peretta e Rodrigo Motta Magalhães], Brasília – ETHOSFARMA, 2000.
- RANG, H.P.; DALE, M.M.; RITTER, J.M.; MOORE, P.K. **Farmacologia**. Tradutores: Patrícia Lydie Volux, Antônio José Magalhães da Silva Moreira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- VÍTOR, Ricardo Sozo; LOPES, Caroline Panone; MENEZES, Honório Sampaio; KERKHOFF, Carlos Eduardo. **Padrão de Consumo de Medicamentos Sem Prescrição Médica na Cidade de Porto Alegre, RS**. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. Editora Abril, Rio de Janeiro, 2008.
- ZUBIOLI, Arnaldo. **A Farmácia Clínica na Farmácia Comunitária**. Arnaldo Zubioli (coordenação). Brasília: Ethosfarma: Cidade Gráfica, 2001